

# PDS quer mudar nomes na Sistematização

Recurso de Amaral Netto alega que relatores derrotados nas subcomissões devem ficar fora

O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, apresentou ontem requerimento à mesa da Constituinte para que os deputados Fernando Gasparian (PMDB-SP), Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), Cristina Tavares (PMDB-PE) e Virgildásio de Senna (PMDB-BA) sejam excluídos da Comissão de Sistematização porque, como relatores de subcomissões, tiveram seus anteprojetos derrotados.

O recurso será discutido e votado a partir de hoje pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, instalada ontem com as outras sete comissões temáticas da Constituinte. Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, foi notada a ausência do deputado Fernando Gasparian, cujo anteprojeto foi rejeitado na Subcomissão do Sistema Financeiro. Na Comissão da Ordem Econômica, comentava-se a dificuldade que terá o senador Severo Gomes (PMDB-SP), o relator, diante das divergências ocorridas nas três subcomissões que a integram. Veja aqui o trabalho das comissões temáticas.



Passarinho e Prisco Viana na instalação da Comissão do Sistema Eleitoral, no Senado

Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo

## Recurso pode destituir hoje quatro relatores

O trabalho de pelo menos quatro subcomissões poderá ser anulado hoje pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Em reunião com início previsto para as 10h, aquele órgão temático discutirá recurso do líder pedessista Amaral Netto contra decisão do presidente Ulysses Guimarães, segundo a qual a derrota de um relator não implica nomeação de outro para redigir novo projeto.

Pelo artigo 74 do regimento interno, cabe à Comissão de Organização dos Poderes dar parecer sobre recursos contra decisões da presidência da constituinte, a exemplo do que ocorre com as Comissões de Justiça do Senado e da Câmara. Se o parecer for favorável, a matéria segue para deliberação final do plenário e terá duas consequências imediatas: anular o trabalho dos quatro relatores vencidos em suas respectivas subcomissões e modificar a

composição do grupo de Sistematização, do qual participam os 24 relatores.

Por terem seus anteprojetos rejeitados praticamente no todo, poderão ser destituídos os seguintes relatores de subcomissões: Cristina Tavares (Ciência e Tecnologia), Osvaldo Lima Filho (Política Agrícola), Virgildásio de Senna (Intervenção do Estado) e Fernando Gasparian (Sistema Financeiro).

Na reunião desta manhã, a Comissão também discute um segundo recurso, do deputado José Genoino (PT-SP), contra a composição numérica do grupo de Sistematização. Ele garante que o seu partido tem direito a mais uma vaga além das duas que já possui.

Segundo o deputado Oscar Correia (PFL-MG), presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, existe ainda uma lista de recursos a serem decididos pelo seu grupo nos próximos dias.

Comissão da Ordem Econômica

## Severo tenta reduzir o nível das divergências

O relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), já iniciou o trabalho de elaboração do anteprojeto, cujo prazo para apresentação expira no próximo dia 8 de junho. Ontem à tarde, ele reuniu-se durante várias horas com o professor Antonio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hoje pela manhã, será realizada a primeira reunião com todos os 63 membros da Comissão nesta segunda fase dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Nessa reunião, serão distribuídos os anteprojetos aprovados nas três subcomissões temáticas: Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia; Questão Urbana e Transportes; e Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária.

Na opinião de vários parla-

mentares que fazem parte desta Comissão, o maior trabalho do relator Severo Gomes será tentar fazer uma ampla negociação a fim de reduzir o nível de divergências que determinou os trabalhos em todas as três subcomissões. A rejeição de dois anteprojetos importantes como o de Princípios Gerais, do relator Virgildásio de Senna, e da Política Agrícola e Reforma Agrária, do relator Osvaldo Lima Filho, indicam que o PMDB dificilmente conseguirá um consenso sobre questões mais polêmicas sem que se faça vários acordos que visem a aproximação das posições defendidas pelos grupos dos conservadores e dos progressistas.

No entanto, acreditam que a tendência conservadora evidenciada nas votações dos anteprojetos das subcomissões temáticas deverá continuar.

Comissão da Ordem Social

## "Valorizar o trabalho e acabar com privilégios"

A viabilização das conquistas na área social dependerá de uma ação política com o objetivo de acabar com os privilégios na área econômica, dor Almir Gabriel (PMDB-PA), está realizando um trabalho de articulação junto às lideranças do PMDB e de outros partidos. Ele explica que se não for esta a ação política, o relatório final da Comissão da Ordem Social correrá o risco de repetir a Carta dos Direitos Humanos, que é apenas um documento de princípios.

"Eu não vim aqui para redigir um relatório, mas para ajudar a obter conquistas", afirma o senador. Na análise do senador Almir Gabriel, o que foi aprovado dentro da Comissão da Ordem Econômica, até agora, sustenta privilégios. Neste sentido, ele admite que não será uma tarefa fácil a luta para modificar esse quadro, mas também lembra que a composição de forças políticas nesta segunda etapa do trabalho da Constituinte será diferente em cada comissão. Até agora, o trabalho foi desenvolvido em subcomissões, que se juntarão numa comissão temática.

Com relação aos anteprojetos apresentados pelas três subcomissões da Ordem Social, o senador Almir Gabriel diz que eles listam de maneira ampla e detalhada a maioria dos direitos e garantias que buscam diminuir a injustiça social. O que se tem, na sua opinião, é uma coleção de medidas que visam de forma indireta compensar a remuneração do trabalho.

E o exemplo de medidas como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais ou mesmo o pagamento de férias em dobro. Segundo ele, o princípio que precisa ser visto é o da valorização do trabalho, que tem como contrapartida a retirada de privilégios da área econômica, especialmente do capital não produtivo.

### REGIMENTO

Ontem de manhã, a Comissão da Ordem Social se reuniu pela primeira vez para discutir as normas de funcionamento da comissão e um cronograma de trabalho. Por falta de quorum não houve deliberação. Hoje, às 9 horas, a comissão voltará a se reunir e já existem emendas à proposta de regimento.

Comissão da Soberania e da Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher

## Trabalho com o brasileiro real

A solenidade de entrega dos relatórios das três subcomissões da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher mobilizou cerca de 30 constituintes da Comissão. Inicialmente marcada para as 17h, a solenidade só começou uma hora e meia depois, com a chegada do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que foi o primeiro a falar. Depois dele, cada um dos relatores das subcomissões apresentou seu trabalho de maneira resumida e, em seguida, o presidente da Comissão, deputado Mário Assad (PFL/MG), encerrou a solenidade, convocando nova reunião para hoje.

O presidente da Constituinte classificou de "fundamental" o trabalho da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ulysses

Guimarães ressaltou que a preocupação de cada um dos integrantes da Comissão é que sejam "respeitados e cumpridos os direitos de cada homem e mulher deste País". Dizendo-se "maravilhado" com o resultado do primeiro mês e meio de trabalho nas subcomissões, o deputado confessou que em determinado momento chegou a temer que não fosse possível realizar este trabalho em tão pouco tempo.

"A primeira etapa foi brilhantíssima, o que nos estimula e nos dá confiança para prosseguir", avaliou.

Na rápida exposição sobre trabalho que realizou, o deputado João Herrmann, relator da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relas de quem não estava trabalhando com um homem abstrato, mas com o

brasileiro real. O deputado Lysânea Maciel, relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, fez questão de frisar o aspecto popular de seu trabalho. "Ouvimos mais de 475 entidades para elaborar o trabalho", lembrou ele, ao afirmar que "a fonte primária do poder é o povo". Finalmente, o deputado Darcy Pozza, relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, falou de sua ideia de, ao elaborar o relatório, manter a tradição constitucional brasileira. "Mas recebi muitas propostas, que são o que há de mais moderno", lembrou. "Por isso mesclou o tradicional e o moderno, realizando um trabalho que, espero, atenda e reflita os anseios da população brasileira", afirmou.



Richa, Nonô, Frejat e Rodrigues na instalação da Comissão de Organização do Estado

Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

## Ficou mais fácil fazer emendas

A Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação concluiu hoje, a partir das 10 horas, o exame da proposta de regimento interno dos trabalhos apresentada ontem pelo presidente, senador Marcondes Gadelha, e o relator, deputado Artur da Távola.

Ontem, o plenário da comissão, com 63 constituintes, decidiu que os requerimentos de destaque para emendas, tanto com parecer contrário como favorável, poderão ser feitos com o apoio de apenas três integrantes, contrariando a proposta original, que no primeiro caso exigia a assinatura de 10 deles e, no outro, de 20.

De acordo com o deputado Nelson Aguiar, os debates até agora foram realizados em torno da necessidade de garantir

espaço de atuação individual para os constituintes, que acham a proposta da presidência da Comissão muito restritiva. Outra vitória dos que têm esse ponto de vista diz respeito à possibilidade de requerimento de sessões extraordinárias feito por um constituinte com a aprovação do plenário, enquanto a proposta original exigia a assinatura de 1/3 dos membros da Comissão.

A Comissão deliberou ainda que as reuniões ordinárias serão feitas às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 10 horas, no auditório Nereu Ramos, ou em qualquer outra dependência do Congresso Nacional. Mas as extraordinárias poderão ser em outro local, a critério dos constituintes.

Na proposta do presidente e

do relator da Comissão há uma sugestão de cronograma de trabalhos, previsto para conclusão no dia 15 de junho, com a ressalva do parecer final à Comissão de Sistematização. A partir de amanhã, começam os debates em torno dos anteprojetos feitos pelas três subcomissões, que durará até o final da próxima semana.

No dia 7 começa a contar o prazo para o relator elaborar seu parecer, cujo início da votação está marcada para cinco dias depois. A partir daí foram marcadas mais quatro sessões visando a conclusão da votação, uma vez que essas matérias exigem apreciação também de pedidos de destaque de emendas, o que obriga o pronunciamento individual dos constituintes sobre cada um deles.

Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

## Fechar os bancos estrangeiros?

Reunida ontem à noite, a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças recebeu os três anteprojetos das subcomissões temáticas. Uma ausência notada: o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, que na véspera havia acusado o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da comissão, de ter interferido na

subcomissão. Serra se negou a responder a acusação. Um dos pontos mais polêmicos do relatório de Gasparian é o dispositivo que levará ao fechamento das agências dos bancos estrangeiros instalados no País. Os bancos só poderão funcionar como intermediários de investimentos estrangeiros no Brasil. Não mais receberão depósitos, nem captarão recursos.

Uma corrente de deputados e senadores, entretanto, já começou a trabalhar para derrubar o dispositivo na comissão. O argumento levantado é o de que haverá consequências danosas ao comércio exterior. A ideia de limitar em 12 por cento ao ano os juros reais, derubada na própria subcomissão, será relançada pelo próprio Gasparian.

### AGENDA Constituinte

**Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo:** reúne-se hoje, às 10h, no anexo II da Câmara, para discutir recursos contra decisão do presidente Ulysses Guimarães para questões de ordem apresentadas em plenário.

**Comissão de Organização do Estado:** reúne-se hoje, em duas rodadas (9h30 e 17h30), para discussão e recebimento de emendas. No anexo II da Câmara.

**Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:** reúne-se hoje, às 17h, para receber e apresentar emendas. No anexo II da Câmara.

**Comissão da Ordem Social:** reúne-se hoje, às 9h, na sala da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para discutir e votar as normas de funcionamento e calendário.

**Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:** reúne-se hoje, às 10h, no anexo II da Câmara, para recebimento e discussão de emendas.

**Comissão da Ordem Econômica:** reúne-se hoje, às 10h, na Comissão de Economia do Senado (ala Nilo Coelho), para receber os três anteprojetos.

**Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições:** reúne-se hoje, às 9h30, para ouvir a exposição do relator da Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, deputado Francisco Rossi (PTB-SP), sobre o anteprojeto aprovado.

**Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:** reúne-se hoje, às 10h, no auditório Nereu Ramos (Câmara), para concluir o exame da proposta de regimento interno.

## Ulysses preocupado reúne os relatores

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, reuniu ontem à noite em sua casa, todos os relatores das comissões temáticas, e também os líderes do partido, segundo ele porque "eu preciso me informar sobre o trabalho da Constituinte, e é perfeitamente normal que eu faça esse tipo de reunião".

Ulysses negou, mas há informações de que o principal objetivo da reunião é o racha dentro do PMDB, nos trabalhos de co-

missões, com um setor do partido se posicionando contra os avanços, votando contra as teses mais progressistas, contrariando a história mudancista do partido e os compromissos assumidos em praça pública.

Outro assunto colocado durante a reunião foi a tentativa de cassação dos deputados Cristina Tavares e Osvaldo Lima Filho, como relatores das subcomissões de Ciência, Tecnologia e Comunicação e de Reforma Agrária.

Comissão da Organização dos Estados, da União, Distrito Federal e Territórios e dos Municípios

## Os estados é que vão pagar as redivisões

O deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), presidente da Comissão de Organização do Estado, acredita que serão os primeiros a entregar o anteprojeto à Comissão de Sistematização. A tendência consensual demonstrada pelo plenário da sua Comissão desde a reunião de ontem e a ausência de matérias "pirotécnicas" que possam gerar polêmicas e excesso de discussão entre os constituintes são os fatores que, para ele, levarão à antecipação do término do trabalho. O próprio relator, segundo adiantou Thomaz Nonô, senador José Richa (PMDB-PR), vai procurar emitir parecer e concluir seu anteprojeto antes do prazo, visando uma discussão interna mais ampla da matéria.

A Comissão, reunida ontem, formalizou a recepção dos anteprojetos das Subcomissões dos Estados, da União, Distrito Federal e Territórios e dos Municípios e Regiões, e elaborou um regimento que ordenará os trabalhos até o dia 15 de junho, quando o anteprojeto de José Richa será encaminhado à Comissão de Sistematização. O regimento aprovado em plenário supre algumas "lacunas" do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. Thomaz Nonô lembra que a Comissão vai procurar, para dinamizar os trabalhos, fazer votação por destaques, aproveitando o que ficou prejudicado nas

votações dos substitutivos das subcomissões.

"Temos cinco dias para receber emendas sobre os anteprojetos e mais cinco para apresentar parecer e substitutivo que em seguida será submetido à votação. Como o consenso parece predominar entre os membros da Comissão e os anteprojetos das subcomissões têm conteúdos abrangentes, acredito que não teremos muito para modificar. O senador José Richa deve apenas burlar os textos, dar um toque pessoal, digamos assim, pois as sugestões foram bem aproveitadas e analisadas na fase inicial", ressaltou Thomaz Nonô.

O presidente da Comissão acredita que a discussão maior deve se localizar entre os que querem a criação dos novos Estados o mais rápido possível e aqueles que defendem apenas o estabelecimento de critérios para esta criação na Constituição, deixando outras providências para leis complementares. Ele acha que os novos Estados devem ter sua criação aprovada, mas ressalta que a União não pode nem deve arcar com os custos da redivisão. "A questão é esta. Temos que ver se os Estados que terão partes desmembradas têm condições financeiras para estabelecer a máquina administrativa dos Estados-membros a serem criados, ou se encontram outra forma de levantar estes recursos", diz ele.

Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições

## Ampla liberdade para a formação de partidos

Apesar das tentativas de representantes do PMDB de evitar a votação do mandato presidencial, a subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos aprovou antontem, minutos antes da meia-noite, e por 11 votos a 8, emenda do deputado Saulo Queiroz (PFL/MS) fixando em cinco anos o mandato de Sarney. A subcomissão aprovou ainda a manutenção dos mandatos dos atuais prefeitos, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, e ampla liberdade de organização partidária.

Votaram a favor dos cinco anos os constituintes Arnaldo Moraes (PMDB/BA), Francisco Sales (PMDB/RO), Heráclito Ferraz, Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG), Jayme Santana (PFL/MA), José Melo (PMDB/AC), Saldanha Derzi (PMDB/MT), Assis Canuto (PFL/RO), Ronaldo César Coelho (PMDB/RJ) e Saulo Queiroz. A favor dos quatro anos manifestaram-se Ailton Cordeiro (PDT/PR), Francisco Rossi

(PTB/SP), José Agripino (PFL/RN), Geraldo Alckmin (PMDB/SP), Lidice da Mata (PC do B/BA), Paulo Delgado (PT/MG), Robson Marinho (PMDB/SP) e Waldyr Pugliesi (PMDB/PR).

O anteprojeto aprovado pela subcomissão garante a livre criação de partidos políticos, e considera partidos de âmbito nacional — para que possam ter acesso à propaganda e aos recursos do Fundo Partidário — os que tiverem obtido, nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, um por cento dos votos apurados ou um por cento das cadeiras na Câmara dos Deputados. Para concorrer, os partidos devem contar com no mínimo meio por cento de filiados em relação ao total de eleitores do País, do estado, do município ou do distrito, respectivamente. Os partidos são obrigados a prestar contas, anualmente, das verbas públicas e doações recebidas ao Tribunal de Contas da União, explicando a origem de seus recursos e de seu patrimônio.